

ECONOMIA



www.ticket.pt

ENTREVISTA GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS Presidente do Tribunal de Contas

“Não se pode exigir aos contribuintes mais do que podem”

O presidente do Tribunal de Contas diz que a austeridade exige resultados em termos de crescimento e emprego.

Lígia Simões
e Paula Cravina de Sousa
liga.simoeseconomico.pt

O presidente do Tribunal de Contas (TC), Guilherme D'Oliveira Martins, defende que é importante haver “estabilidade governativa”, mas recusou pronunciar-se sobre a Taxa Social Única (TSU), afirmando apenas que acredita que “o bom senso prevalecerá”. Mas adverte que a austeridade exige resultados no crescimento e emprego.

São muitas as vozes que criticam as novas medidas de austeridade. Há espaço para mais austeridade?

As medidas fiscais têm um limite natural que são as capacidades contributivas. Não se pode exigir aos contribuintes mais do que podem.

Considera que os portugueses estão preparados para medidas de austeridade desde que justas e que se perceba o sentido?

A austeridade não é um fim em si. É um instrumento que exige resultados em termos de crescimento, emprego e desenvolvimento.

Como avalia o adiamento por um ano do prazo para cumprimento do défice, para 2,5% em 2014?

É algo de natural considerando a evolução recente da situação europeia.

A economia faz-se para as pessoas e não o contrário. Esta máxima não impõe a necessidade de rigor financeiro e orçamental serem sinónimos de mais justiça, mais emprego e mais desenvolvimento? Estes objectivos são atingidos com as novas medidas de austeridade, nomeadamente o aumento da TSU para os trabalhadores e redução das contribuições para as empresas? Que alternativas poderão ser apresentadas?

Não me pronuncio sobre o tema. Acredito que o bom senso prevalecerá.

Tem defendido que a maioria parlamentar do PSD e do CDS-PP é extraordinariamente importante no eventual sucesso deste novo ciclo político. Mantém-se optimista quanto a este objectivo depois da crise política aberta com as mexidas da TSU?

Continuo a dizer o mesmo – é importante haver estabilidade governativa, maioria parlamentar de governo e uma maioria alargada que assegure o cumprimento do Memorando tal como foi formulado oportunamente.

Como é que poderá ser recuperado ou reforçado o consenso

“

As instâncias políticas têm de encontrar medidas mais justas e duráveis, que salvaguardem o emprego e o desenvolvimento.

político para o cumprimento do programa de assistência económica acordado com as entidades internacionais?

A confiança dos cidadãos e dos mercados obriga neste momento a fazer tudo o que esteja ao alcance das instâncias políticas no sentido de encontrar medidas mais justas e duráveis, que salvaguardem o emprego e o desenvolvimento.

O TC tem neste momento os poderes suficientes para responder ao controlo de gastos e despesas que o contexto de crise exige?

A acção do TC constitui uma garantia de confiança para os cidadãos, de respeito dos compromissos e sustentabilidade das finanças públicas.

Os alertas que o TC tem feito com vista a uma maior clareza na apresentação das contas têm sido acatados?

As recomendações têm vindo a ter maior acatamento, mas é indispensável cumprir generalizadamente o Plano Oficial de Contabilidade Pública, assegurar a prestação electrónica de contas e assegurar uma gestão sóbria e rigorosa dos recursos.

Houve esse empenho por parte do anterior Governo e concretamente pelo anterior ministro das Finanças, Teixeira dos Santos?

O professor Teixeira dos Santos e o professor Vitor Gaspar foram sempre bons aliados do Tribunal de Contas.

As PPP são uma ideia positiva, mas mal executada? Considera que não foi acautelado o equilíbrio entre o risco assumido pelo Estado e pelas entidades privadas?

Já o repeti várias vezes. O mal não está nas figuras jurídicas a que se recorre mas nos abusos que existem, nomeadamente no que respeita à partilha de riscos, à transparência dos processos negociais e aos encargos, duração e consequências para os cidadãos em termos de serviço público. ■

O presidente do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção, Guilherme D'Oliveira Martins, é um dos oradores convidados do Observatório da Fiscalidade, que se realiza amanhã no Museu do Oriente.

